



Espaço Vital

Marco Antonio Birnfeld

123@espacovital.com.br

Recorde de casamentos homoafetivos



DEPOSIT PHOTOS/DIVULGAÇÃO/JC

No Censo de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou 60.005 casais homoafetivos informais no País, a maioria formada por mulheres (53%) e pessoas católicas (47,4%). Os dados divulgados em 11 de maio daquele ano revelaram que a quase totalidade das uniões homossexuais (99,6%) não era formalizada com registro civil ou religioso. E mostraram que elas se concentravam nos Estados do Sudeste (52%), Nordeste (20%), Sul (13%), Centro-Oeste (8,4%) e Norte (6%).

A equiparação formal das relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres foi decidida em 5 de maio de 2011 pelo plenário do

Supremo Tribunal Federal - foi no julgamento simultâneo de duas demandas (ações ADPF nº 132 e ADI nº 4.277). A ementa do julgamento consagrou “a união homoafetiva como um núcleo familiar”. O relator foi o ministro Ayres Britto.

Na semana passada, o Portal de Transparência do Registro Civil - que é administrado pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil) - revelou dados estatísticos atualizados. Eles foram concluídos em 31 de maio de 2024 - isto é, 14 anos depois do recenseamento feito pelo IBGE e 13 anos após o julgado do STF. Ao longo do primeiro ano foram 3.701 contratações. Em junho de 2023 a nova contagem - em cotejo com

os dez anos anteriores - apresentou um crescimento de 268%. Ou seja, na última década o Brasil revelou-se como um dos países em que mais cresce essa forma de união.

Em 2013, as uniões homoafetivas foram 3.700; elas chegaram a 13.613 em 2023. E foram quase 5 mil entre janeiro e maio de 2024, estabelecendo um novo recorde de casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Se essa tendência continuar, nosso país pode registrar cerca de 12 mil uniões até o fim deste ano. Entretanto, o número de pessoas que alteraram o gênero chegou, no mesmo período, a 11.218. As mudanças foram mais recorrentes na alteração do sexo masculino para o feminino.

Eden portenho (1)

O número de brasileiros que migraram para o Uruguai bateu recorde no primeiro semestre deste ano, atingindo o mesmo patamar da crise financeira do governo Dilma Rousseff. Dados da Receita Federal mostram que, entre janeiro e junho, 187 brasileiros se mudaram para o país vizinho. E, deste grupo, 37 também

transferiram para lá seu domicílio fiscal, onde, além de isenções fiscais, a alíquota de Imposto de Renda é menor.

Entre os abençoados - com cifrões - estão David Vélez (cofundador do Nubank) e Marcos Galperin (cofundador do Mercado Livre). Há ainda sócios de bancos, gestoras, fundos e advogados.

Eden portenho (2)

Em média mensal, três brasileiros mudaram-se para o Uruguai, de janeiro a junho. É quase o mesmo índice de 2016 a 2018. Em 2020, um decreto uruguaio isentou imigrantes de imposto sobre rendimentos de aplicações no país por 11 anos. Em troca, os recém chegados têm de comprar um imóvel no

local de, no mínimo, R\$ 2,7 milhões. Ou investir R\$ 12 milhões.

A radiocorredor advocatícia transmitiu que os migrantes são, em geral, executivos cujo principal negócio gira no Brasil. Ou seja: boa parte de seus lucros e dividendos é transferida para o Uruguai, onde é aplicada.

Viagra taxado, absorvente não

O principal medicamento para tratamento de disfunção erétil vendido no Brasil, o Viagra, vai pagar 40% da alíquota de 26,5% prevista para os novos impostos CBS e IBS, criados pela reforma tributária em discussão da Câmara dos Deputados. Na prática serão 10,6% de tributos. No texto original enviado pelo Ministério da Fazenda haveria isenção total dos tributos.

No lugar dele na lista com alíquota zero entrou o absorvente menstrual. O deputado Reginaldo Lopes defendeu a mudança como “justiça social para baratear os absorventes para mulheres mais pobres”. (Ué, e as ricas não usam?).

Condenação criminal de ex-advogado

O notório Maurício Dal Agnol foi condenado, por lavagem de dinheiro, a seis anos de prisão em regime semiaberto. A sentença foi proferida pelo juiz Luciano Bertolazi Gauer, da 3ª Vara Criminal de Passo Fundo. A decisão - mais de nove anos após a denúncia do Ministério Público - também determina o pagamento de multa de R\$ 20,3 mil. Não há trânsito em julgado.

A condenação decorre do não pagamento de R\$ 1,5 milhão (valor nominal), que deveriam ser repassados em 2013 por Dal Agnol a alguns de seus clientes, após o resultado positivo de ações ajuizadas contra a Brasil Telecom. A pena era estimada

em 21 anos e oito meses, mas oito dos nove fatos referidos na denúncia prescreveram. Houve a extinção da punibilidade relativa a apropriação indébita, falsificação de documentos públicos, uso de documento falso e lavagem de dinheiro.

Dal Agnol foi preso em 2014 após operação da Polícia Federal e ainda responde a centenas de processos cíveis. Ele está em liberdade desde 2015. E em 28 de junho de 2019, por unanimidade dos votos (85) dos integrantes do Conselho Pleno da OAB-RS, foi excluído dos quadros da entidade, após a formal declaração de sua “inidoneidade para o exercício da profissão de advogado”.

O crime cada vez mais organizado

Esse caso do ex-advogado gaúcho - inadimplente e já solto - convida-nos a pensar sobre notícia de sexta-feira passada (5). O governo federal anunciou estar pensando criar um arcabouço legal para viabilizar o SUSP - Sistema Único de Segurança Pública. Logo surgiu um alerta preambular do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski: “Sem uma

mudança constitucional adequada, continuaremos a enfrentar uma criminalidade cada vez mais organizada, sem prover o Estado brasileiro de instrumentos legais e materiais necessários para combatê-la”.

Trocando em miúdos: vai continuar tudo na mesma - e cada vez pior. Ou - em outra grafia - a prescrição é sócia da impunidade.

Funesta expectativa

O câncer de próstata atinge 72 mil brasileiros por ano - ficando atrás apenas dos tumores de pele não melanoma e dos de mama. Esta foi uma das revelações do 9º Simpósio Internacional de Uro-Oncologia realizado no Rio de Janeiro (RJ), no fim-de-semana. O evento apresentou os avanços em tratamentos

de câncer nos sistemas urinário e reprodutor masculino.

Há a expectativa funesta de que a incidência do câncer de próstata aumente nos próximos anos com o crescimento da expectativa de vida. Detalhe: cerca de 75% dos casos no mundo ocorrem a partir dos 65 anos de idade.

Decréscimo de acordos

Nos últimos 10 anos, a Justiça do Trabalho do Brasil registrou 6,2 milhões de acordos, totalizando R\$ 105 bilhões em valores negociados. No entanto, o valor total está diminuindo proporcionalmente ao longo dos anos. A

revelação é da radiocorredor do TST. As transações chegaram a R\$ 15 bilhões em 2017, que foi o ano da reforma trabalhista. E caíram para R\$ 11 bi no ano seguinte. De 2021 para cá, não ultrapassaram R\$ 9 bilhões por ano.